

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

A Reestruturação do Capital e o impacto do modelo sóciometabólico nas políticas sociais: Um Estudo sobre o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PNQ).

Inayá Maria Sampaio¹

Introdução

A relação entre trabalho e educação sempre esteve atrelada às modificações históricas na sociedade , provocadas por questões políticas, sociais e/ou econômicas. As transformações, no mundo do trabalho, provocaram reações de adaptação e reorganização nos modos e nos meios de produção , assim como na relação entre as pessoas . A formação do trabalhador sofreu um forte impacto dessas novas tendências e reproduziu os ideários do modelo capitalista , que tem como alicerce a exploração, o fetichismo da mercadoria e o trabalho alienado, amparados pelo ideal de liberdade, igualdade e propriedade.

As sociedades são produzidas, estruturadas, conformadas e transformadas por processos historicamente definidos de luta de classes. Na medida em que, na sociedade, os meios de produção estão sob o controle e em poder daqueles que não o produzem, estes podem organizar a produção e apropriar-se da mais – valia. Em busca da apropriação da

¹ Pedagoga, mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

mais-valia, o capital transforma todos os bens e serviços em mercadorias, formando uma conscientização social voltada para a produção e o consumo.

Para atingir esse objetivo, o capital procura por meio da intervenção de mecanismos ideológicos, como a família, a educação, a religião, a mídia, etc, e mediante a intervenção do Estado, sua reorganização e expansão. O papel do Estado emerge como meio no qual a estrutura contraditória do capital não consegue lidar com algumas funções sociais necessárias ao desenvolvimento das forças produtivas, mas incompatíveis com a lógica do capital.

Em torno desse emaranhado em busca da concentração de mais-valia, o capital se organiza para sua acumulação. A acumulação do capital por sua vez, é um processo que tem vínculo com a crise do sistema capitalista, à medida que, para buscar a acumulação, o capital eleva sua composição orgânica, a última aumenta com o desenvolvimento do modo de produção capitalista . O desenvolvimento do modo de produção capitalista está intrinsecamente associado ao efeito combinado de três fenômenos, que são: a concorrência capitalista, o desenvolvimento das forças produtivas e a predisposição do capitalista em economizar a maior quantidade possível de capital variável , substituindo-o por capital constante.

A busca por capital constante , no entanto, gera, a esse capital, uma desestruturação em seu sistema, pois quanto mais se investe em capital constante , maior a produção, originando, assim, uma crise de superprodução, que desencadeia um processo de desequilíbrio entre a produção e o consumo, retratando que o capitalismo gera contradições para ele mesmo. Dessa forma, para superar a crise de superprodução, o capital procura, pela destruição das atuais forças produtivas , do aumento da exploração dos antigos mercados e a conquista de novos mercados, procurando restabelecer dessa forma as condições de sua valorização.

Esse momento foi caracterizado pela crise geral do capital, em meados do século XIX ,havendo uma crise de crescimento e de expansão da lógica do capital , que marca, em seu final, o período de transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista.

No século XX, com a chegada do capitalismo imperialista, inaugura-se a época das crises orgânicas . A crise orgânica abre um período de intensa luta de classes e de revolução social, a exemplificar as guerras mundiais.

Segundo Alves (2007), a crise do capital assume caráter orgânico , não apenas pela lei geral da produção capitalista, mas pelo aumento da composição orgânica do capital. A crise orgânica do capital explicita os paradoxos e as contradições inerentes à lógica do capital. Essa lógica se constitui em uma dinâmica cíclica. Para ele, é parte da natureza da economia capitalista como sistema mundial produtor de mercadorias ter crises cíclicas , com períodos de crescimento seguidos por períodos de recessão, crises que podem ser locais ou gerais, sincrônicas ou assincrônicas, etc.

O autor ainda define que a dinâmica cíclica é sobredeterminada pela natureza da crise geral. O que denota o surgimento da crise orgânica do capital altera, mas não suprime a dinâmica cíclica do capital. Para enfrentar a dinâmica cíclica da economia capitalista, surgem instrumentos de política econômica como o Keynesianismo, que, a partir da década de 30 do século passado, significaria maior intervenção do Estado na economia de mercado, por intermédio de políticas anti-cíclicas, de política monetária e fiscal, pelas quais se buscam regular o ciclo da economia capitalista, impedindo grandes depressões.

Dentre as políticas anti-cíclicas, está a criação de instituições transnacionais, que procuram o controle da dinâmica cíclica do capital, a exemplificar, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Em meados de 1970 , definiu-se a chamada crise estrutural do capital , que, por sua vez , marcou uma crise do Estado –nação. Esse período caracterizou-se por fenômenos instigados pela diminuição dos valores e das instituições sociais, assim como a “crise do trabalho”, como atividade social identitária de classe que teria sua característica mais vigente pela precarização desse trabalho e pela desqualificação do trabalhador.

Para Alves (2007), a crise orgânica aparece, nos dias de hoje, como crise estrutural do capital, instaurada em um novo sócio-metabolismo da barbárie. Esse sócio-metabolismo é desenvolvido na fase hipertardia do capital, tendo características específicas, que se diferenciam de outras etapas do desenvolvimento capitalista.

Essas características estão relacionadas com novas categorias e o que podemos chamar de elementos residuais do sócio metabolismo da barbárie , que vão surgindo e se intensificando, dentro de uma política neoliberal e de um processo de reestruturação do capital. Categorias como a proletarização da vida social, a empregabilidade e o empreendedorismo, a individualização social , etc e resíduos como a precarização do trabalho e “desqualificação profissional”.

Desde o início da crise estrutural do capital desencadeada a partir nos anos de 1970, houve o desenvolvimento do sistema mundial do capital, que vem provocando o surgimento de novos fenômenos sociais que atingem toda sociedade, em suas instâncias produtivas e sócio-reprodutivas.

Para Mészáros (2002), o modelo de controle sociometabólico busca lidar com as contradições que se intensificam, por meio da ativação de seus limites absolutos para buscar equacionar as crises estruturais. A ativação desses limites denuncia a barbárie social, marcada por guerras, disputa de poder político e econômico, por genocídios, em que se tem em discurso que o fim justifica os meios.

O capital não pode funcionar sem fazer respeitar com maior firmeza do que nunca (até de maneira autoritária, se preciso for) as premissas e os antagonismos estruturais de sua prática. Não fosse por isso, a avaliação racional dos riscos históricos que se apresentam para as condições da própria sobrevivência humana seria de grande ajuda para fazer a balança pender em favor das mudanças necessárias.(Mészáros, 2002: 217).

As estruturas de reprodução material do capital, ou seja, o seu princípio estruturador, provoca antagonismos que sempre serão reproduzidos. O sociometabolismo serve como alternativa do capital, por meio do internacionalismo positivo, a substituição do princípio estruturador, que em seu âmago é conflituoso. O internacionalismo positivo para Mészáros (2002) serve como alternativa cooperativa , no controle dos “microcosmos” antagônicos da estrutura do capital.O capital busca articular e consolidar suas estruturas de reprodução material , na forma de um sistema global plenamente integrado.

No período de crise estrutural, o sócio metabolismo da barbárie é um movimento que se amplia numa dimensão de reprodução social, isto é, a barbárie social manifesta-se

como modo de controle sócio-metabólico que se reproduz por meio das instâncias sociais, instituições governamentais, política transnacional etc.

Como podemos ver, por meio das grandes guerras e mais recentemente nas últimas décadas como vimos o caso da África, com as guerras civis entre tribos rivais e o papel da política externa na manutenção e na viabilização desses confrontos, também na questão da disputa e da aliança entre as grandes indústrias farmacêuticas, que também na África, realizam testes de medicamentos em pessoas, com a aparência de que são doações a uma população precária de atuação de políticas sociais, que tratam seres humanos como perfeitas cobaias. Além, é claro, da luta desleal das patentes desses medicamentos. E como não nos esquecer da Amazônia “mundial” o pulmão do mundo que não é do Brasil, mas do capital? E como não pensar na precarização do trabalho e do trabalhador na condição de sujeito social, que luta pela subsistência?

Deve-se perceber que o sócio-metabolismo da barbárie, caracteriza-se por uma lógica formulada na criação de valores-fetichê, isto é, o que, por muitas vezes, era visto como exploração, perda de direitos, passa, por exemplo, a ser aceito e até mesmo defendido (Alves, 2007).

Para Alves (2007), a barbárie social ocorre na degradação espiritual das massas proletárias, havendo, assim, a captura da subjetividade do trabalho vivo. Ainda para esse autor, o sócio-metabolismo da barbárie sustenta-se em alguns pilares, mediante novas formas de pagamento criadas pelas organizações, pelas equipes de trabalho, pelo medo do desemprego e pelas inovações gerenciais, que ocorrem nas empresas com os assalariados.

As novas formas de pagamento se expressam por meio de bonificações por tempo de serviço na mesma empresa, bonificações e premiações por produtividade e por promoção de cargo ou função, formas em que o capital se utiliza da subjetividade do trabalhador para se manter em busca da produtividade.

As equipes de trabalho, são outra forma de que o sistema de acumulação do capital se apropria como forma do próprio trabalhador cobrar-se e supervisionar outros trabalhadores.

O medo do desemprego é uma das formas mais críticas de apropriação da subjetividade do trabalhador, pois este se sente obrigado a atender a todo o script e aceitar

as diferentes formas de exploração de sua força de trabalho, com o medo da perda do emprego, renunciando, em muitos casos, a direitos sociais e trabalhistas. Para não ir de embate com a organização.

As inovações geracionais constituem-se como forma do capital de substituir a força de trabalho por outra mesmo crítica ou reivindicativa, ou, na verdade, a substituição por uma geração já alienada e embutida nos ideários de reestruturação do capital, que não vivenciou a luta de classes por direitos e que não experienciou a resistência de classe, estes foram formados pelo bojo da ideologia de acumulação flexível da produção e das novas formas de execução do trabalho. Na capturação da subjetividade da nova força de trabalho, acrescentamos, nesse aspecto, ainda a contração de jovens recém formados para exercer funções que não exigem maior conhecimento específico ou intelectualizado e a subcontratação de jovens por meio do programa de primeiro emprego, que gera uma redução ampla nos gastos com a força de trabalho.

A captura da subjetividade do trabalhador é um resquício do modelo sócio-metabólico atual, que se manifesta na objetividade da produção (modelo de acumulação flexível) e na subjetividade do trabalhador, pois o aspecto essencial para o processo de acumulação do capital se expressa nas suas formas organizacionais e institucionais e na captura da subjetividade do trabalho pela lógica sistêmica do capital. As conseqüências da subversão da subjetividade humana pela lógica do capital podem vir a produzir as doenças psicossomáticas que atingem os trabalhadores, sendo bem comuns nessa sociedade, como o estresse, a depressão, a síndrome do pânico etc.

A barbárie social, nos dias atuais, se expressa como se fosse algo banal, parte da vida constituída no ideário capitalista. As atrocidades, a alienação que se dá tanto no trabalho vivo como no trabalho morto, a precarização social pela qual o controle do trabalho não se dá somente pelas organizações, mas pelo próprio trabalhador dentro e fora do seu âmbito de trabalho, são vistas com certa “naturalidade” dentro de um darwinismo social. A manipulação social é elemento estrutural na produção social do capital.

É nesse modelo sociometabólico que está o engajamento de leis, políticas e programas que buscam, exclusivamente, a manutenção desse sistema, que é expresso por meio da lógica destrutiva do capital, sendo sentido nos países “em desenvolvimento”

mediante políticas sociais que buscam “equacionar” o problema da pobreza. A pobreza é vista de duas formas pelo capital; a primeira, como decorrente de um processo histórico de exclusão e discriminação social e que, por isso, a esses grupos desfavorecidos devem-se oferecer políticas compensatórias; e a segunda se dá no âmbito do ideário de individualidade , na “incapacidade” do indivíduo de sair do estado de pobreza , assim investe-se em políticas de formação de mão de obra , conhecidas por políticas de expansão da formação do trabalhador, ou também em políticas de focalização no atendimento a população desfavorecida.

Desse modo, o capital intensifica, nos países em “desenvolvimento”, políticas públicas , voltadas para a formação e “redução da desigualdade social”, não demonstrando que a questões sociais estão presentes no processo histórico da luta de classes , desde a origem do sistema capitalista de produção. Portanto, no sistema sociometabólico do capital, sempre haverá política pública e sempre haverá pobreza , pois esta é resíduo da sustentação sistêmica do capital. Deve-se não somente compreender o ser-aí do sistema do capital , mas o “ainda - não ser” (Alves, 2007).

Na visão de Offe (1984) as políticas sociais surgem como uma forma do Estado, tentar resolver o problema da transformação duradoura de trabalho não assalariado, em trabalho assalariado. Nesse intento, com o avanço da industrialização há um processo de proletarização passiva, que marca para o autor, a destruição das formas de trabalho e de subsistência , pois mediante a mendicância da maior parte da população, há como consequência , um processo de proletarização ativa , em que o trabalhador passa a oferecer sua força de trabalho nos mercados de trabalho, assim ela se torna mercadoria, mas diferentemente de formas mais feiticizadas de mercadoria, a força de trabalho, é uma mercadoria que sua existência não se fundamenta em expectativas estratégicas de sua possibilidade de venda.

Com isso, o papel das políticas sociais, unicamente associado ao objetivo de “integração” da força de trabalho ao trabalho assalariado e explorado, se concretiza pela expansão do sistema capitalista, que vem apontando processos de desorganização e mobilização de força de trabalho e que tem o efeito de destruir, em maior ou menor medida, as condições de utilização dessa força.

Como meio de manutenção e atração da força de trabalho, para o trabalho assalariado, as políticas sociais, conhecidas também por políticas públicas, são formas de equacionar a proletarização ativa da força de trabalho, sua socialização segundo o modelo de mercadoria. Essas políticas para o capital é meramente a atuação do Estado de forma restrita, com o intuito de buscar o controle dos conflitos sociais. As atividades estatais que devem ser incluídas no conceito de política social, estão relacionadas diretamente com a orientação funcional em relação ao problema estrutural objetivo do capital. Nesse intuito, o capital, por intermédio das ações do Estado, não oferece políticas sociais, nas prestações de serviços, sem ter por finalidade atingir as funções provocadas pela sua ordem estrutural.

Além disso, o capital cria, por meio dessas políticas sociais, medidas institucionais especiais, que procuram abarcar o contingente de população que não se encontra como trabalhador assalariado, já que para sustentar seu sistema, nem todos os membros da sociedade podem funcionar como trabalhadores assalariados, assim, constitui-se uma dependência contingencial externa ao mercado formal de trabalho, registrada por muito tempo pelas donas de casa e estudantes, o qual hoje, com o aparecimento do mercado informal, refere-se a trabalhadores autônomos, domiciliares, terceirizados etc.

Ainda para Offe (1984), uma política social é um conjunto de relações e estratégias politicamente organizadas que produzem continuamente a transformação do proprietário de força de trabalho, em trabalhador assalariado, na medida, em que participam da “solução” de problemas estruturais.

Os problemas estruturais criados pelo capital se delineiam em:

- Integração da força de trabalho no mercado de trabalho;
- Institucionalização das esferas existenciais e dos riscos vitais não “integráveis” na relação de trabalho assalariado;
- Regulamentação quantitativa da relação entre oferta e demanda no mercado de trabalho. (Offe, 1984:24).

Nesse intento, deve-se perceber que a exigência por políticas sociais, pela classe trabalhadora, não alcança outra coisa se não, forçar o capital a adotar medidas que correspondem aos interesses de equilíbrio estrutural do próprio capital, em que se tornariam necessárias, para assegurar uma modernização ampla das relações de exploração. Segundo Offe (1984), os desenvolvimentos e inovações da política social do Estado, não podem ser

conceitualizados como as causas concretas de estados societários ou de mudanças definidas, mas meramente como condições iniciais desencadeadoras de interações conflitivas, sobre cujo resultado, decidem relações de poder estruturais e constelações de interesses, ficando em aberto, portanto, os seus resultados ou apresentando-se como ambivalentes.

Assim, pensar nas políticas sociais, como forma de melhorar as condições desumanas da população, na qual o Estado, ou os representantes desse Estado, se julgam os solucionadores dos problemas societários, é não ver com afinco, de que a criação de políticas sociais, é uma forma do capital, procurar se estabilizar mediante suas crises cíclicas com o auxílio das atuações do Estado.

Para Mézáros (2002) o Estado age de forma a manter as estruturas de reprodução material do sistema estabelecido, por meio de linhas Keynesianas, pelo financiamento do déficit expansionista, ou por meio da criação de condições favoráveis para as empresas, por restrição monetária e corte de gastos públicos. O capital se utiliza da intervenção estatal para intentar “conciliação” e “solução” das contradições, entretanto, estas não podem ser realizadas devido às deficiências estruturais do sistema e a conseqüente ativação dos limites absolutos do capital.

Dessa maneira, os programas criados por meio das políticas públicas governamentais, que procuram, a exemplificar, a erradicação da pobreza, melhores condições habitacionais e de saneamento básico, o crescimento financeiro, a formação contínua do trabalhador e etc, na verdade buscam equacionar um problema estrutural, afim de que continue gerando alienação a classe trabalhadora.

Para Belloni (2001), uma política pública desempenha papéis distintos, dependendo do setor/ grupo social e da relação que estabelece com as demais políticas.

Na atualidade, com ações intermediadas pelo Banco Mundial, as políticas sociais são uma forma, do capital, tentar se estabilizar, dentro do contexto antagônico de investimento em políticas de “subsistência” e crescente desemprego estrutural, miséria e fome. Escamoteando seus interesses de acumulação pela exploração intensificada do trabalho.

Essas políticas sociais são delineadas por Coraggio (2003) como forma para :

- Dar continuidade ao processo de desenvolvimento humano, tendo como bandeira o investimento dos recursos públicos “nas pessoas”, garantindo o acesso à educação, saúde, alimentação, saneamento e habitação, bem como às condições para aumentar a expectativa de vida e para alcançar uma distribuição mais equitativa das oportunidades;
- Compensar conjuntamente os efeitos da revolução tecnológica e econômica que caracteriza a globalização. As políticas sociais, nessa linha, são complemento necessário para garantir a continuidade da política de ajuste estrutural;
- Instrumentalizar a política econômica, cujo principal objetivo é a reestruturação do governo, descentralizando-o, ao mesmo tempo em que o reduz, deixando nas mãos da sociedade civil competitiva a alocação de recursos, sem mediação estatal, introjetando, também, nas funções públicas os valores e critérios do mercado.

As políticas estão alinhadas com o ideário de igualdade e a competitividade entre indivíduos, sociedades e setores sociais, procurando atender a esses objetivos na América Latina, por meio de reformas culturais e institucionais que atendam às exigências do mercado. “As novas políticas sociais se caracterizam pela expressão ‘para todos’: saúde, água, saneamento e educação para todos. Mas não incluem empregos nem, portanto, renda para todos.” (Coraggio, 2003:87).

Nesse intento, as políticas sociais atingem os âmbitos de políticas compensatórias ou também chamadas de políticas de focalização e de expansão.

Para Belloni (2001), o governo cria políticas básicas, que são executadas mediante políticas setoriais, isto é, os objetivos das políticas básicas são o que define as políticas setoriais. Para a autora, de acordo com o plano nacional de educação profissional (PNEP), uma política pública na área social pode ser:

- Congruente: com a política econômica básica;
- Complementar: ao fornecer elementos reforçadores de seus objetivos e metas principais;
- Reparadora/Compensatória: tem por objetivo atenuar os danos e conseqüências nefastas das políticas básicas.

Ainda para Belloni (2001), o que define o âmbito da educação profissional, ou o papel da qualificação profissional, é a que tipo de política básica foi definido pelo governo. Assim, se a política básica tiver caráter excludente, vai provocar desemprego em massa, e o papel da qualificação profissional vai estar aliado a uma política compensatória ou reparadora, não tendo atuação na efetividade social. Já se a política básica for inclusiva, que se volta para a geração de emprego e renda, o papel da qualificação aparecerá como

complementar à ação da política básica, visando contribuir para a consecução dos objetivos globais, que vão ao encontro de novas ações e na fomentação de políticas sociais.

Na visão de Soares (2002), a aplicação de políticas públicas é uma forma do capital de buscar o ajuste estrutural, tendo para os países periféricos ao eixo fundador do neoliberalismo ou em desenvolvimento conseqüências como:

- Assalariados em situação de “nova” pobreza;
- Altas taxas de desemprego;
- A perda da importância relativa do assalariamento em contraposição à produção independente , e a redução na proporção de trabalhadores, vinculadas à Previdência Social.

As políticas de ajuste estrutural somente provocam avanços em alguns países e em outros, como é o caso do Brasil , provocam retrocesso, visualizados na periferação da pobreza , como localização periférica dos pobres nas grandes metrópoles; na precarização da redução de trabalhadores contribuintes da Previdência Social, já que grande parcela, desses trabalhadores, se encontram no mercado informal etc.

Na sociedade brasileira, percebe-se com a expansão da política neoliberal , a partir da década de 1990, houve um aumento na demanda por benefícios e serviços sociais, entretanto com as medidas de ajuste estrutural , há um corte nos gastos com políticas sociais pelo Estado, mas um aumento por parte da sociedade civil pela responsabilização na veiculação dessas políticas. Essa contradição se perdura porque os recursos públicos ainda continuam financiando, a cobertura da grande maioria da população: de forma direta via serviços públicos ou de forma indireta via subsídios ou incentivos fiscais em favor do setor privado.

E como não pensar, nesse contexto, em programas como “criança esperança”, “empresa cidadã”, criados pela então “colaboradora” sociedade civil , que investem em projetos sociais ou em comunidades, mas que na verdade, é um atendimento a população carente, crianças , adolescentes e jovens em busca de formação profissional, subsidiado via indireta , através dos incentivos fiscais do setor privado.

Percebe-se que o governo vigente se proclama como um governo em que as políticas públicas são voltadas para a formação de uma política básica inclusiva, tamanho o

número de programas e projetos criados na área social , que se refletem no âmbito educacional, por meio da educação profissional e da qualificação , mas que é visto pela superfície dos fenômenos, mas, se buscarmos compreender que as políticas públicas são criadas como forma compensatória e focalizadas , que escamoteiam os interesses do capital de obtenção de lucro, de exploração do trabalho, de utilização das subjetividades do trabalhador em favor próprio , na formação do homem unilateral, alienado. A qual escamoteia que o desemprego é consequência de um processo mais amplo , que é viável para o capital na consecução de sua reorganização ideológica. Que a questão da empregabilidade só alimenta a esperança pelo emprego, que só faz aumentar o exército de reserva, que nem como reserva consegue ser, pois para aqueles que se encontram no mercado também fazem parte desse exército, pois ora estão empregados ora não.

Sobre a questão do desemprego na América Latina perante essas políticas sociais, Soares (2002) aborda alguns fatores:

Outro conjunto de fatores que agrava as condições de emprego, tornando-as cada vez mais precárias são as chamadas políticas de “flexibilização” , por parte das empresas, facilitadas pelas reformas das leis trabalhistas em curso na maioria dos países latino-americanos. Essas políticas afetam a estabilidade no emprego, a extensão da jornada de trabalho , o regime de férias e, sobretudo, as remunerações (...) (Soares, 2002:57).

Ainda nessa mesma linha, o papel da educação na qualificação e formação do trabalhador, como milagroso para a solução do problema do desemprego ou do estado de empregabilidade, ideários ao qual o capital, por meio do resgate da Teoria do Capital Humano, tenta explicar a situação de ajuste estrutural procura na visão de Soares (2002), ao contrário dos que afirmam que a ausência de qualificação é a causadora do desemprego no Brasil, pode-se comprovar que a dita reestruturação da economia , redundou a demissão do trabalhador qualificado, adulto, homem, relativamente mais bem remunerado ainda que com menor escolaridade, resultando na contratação de jovens e mulheres em ocupações de baixa qualificação

Entende-se que as políticas educacionais são consideradas como mecanismos de inserção social, entretanto elas, têm uma filtragem a qual somente reproduz as desigualdades sociais. Deve-se perceber, no âmbito mais geral, que as políticas públicas, no Brasil , estão dentro de um contexto de um país dependente , cujas elites têm uma

dependência com os países do eixo, ou seja, países do núcleo orgânico do capital.(Arrighi,1997).

Em se tratando dessa dependência relata Mézáros(2002) que, o capital constitui um sistema de dominação e subordinação na nações menores, intensificado pela pressão do capital transnacional .

Assim, devido a essa dependência, o desenvolvimento do país também é dependente e , por isso, os países da América latina continuam em situação periférica, mesmo com a criação de políticas públicas que tenham por objetivo em discurso a ativação do desenvolvimento e a diminuição das desigualdades sociais.

A criação de políticas públicas voltadas para esse ideário, aliada à política econômica no Brasil, pelo atual governo, teve como meta, em seu primeiro mandato, a busca no atendimento a elite financeira e o combate à pobreza.

Para Soares (2002), os programas criados de combate a pobreza têm caráter emergencial e temporário, na tentativa de minimizar os efeitos da crise econômica e dos processos de ajuste estrutural, no entanto, a autora denuncia que esses programas quando são introduzidos , substituem políticas sociais mais abrangentes , sendo acompanhados pela mercantilização dos serviços e benefícios sociais.

Já no segundo mandato, a política econômica e a criação de políticas públicas se configuram na estabilização econômica, assim, as políticas públicas estão voltadas para a diminuição do desemprego , atendendo ao princípio organizador do capital, que não é o atendimento às necessidades básicas , mais, sim, a produtividade. E também por considerar que a desigualdade social pode ser alterada pela condição de emprego e não por programas de sustentação como bolsa família, bolsa escola, etc.

Entretanto na busca pela diminuição do desemprego, por meio das políticas de investimento em novas frentes de trabalho, no desenvolvimento das elites internas, de programas de formação do trabalhador, no que tange ao contexto social dos países do mundo, o Brasil têm um índice muito baixo comparado a outros países capitalistas desenvolvidos ou e em desenvolvimento, assim, a geração de emprego no Brasil, é mínima. Por ser um país dependente, o crescimento econômico do país é limitado, se comparado aos outros países do mundo.

Soares (2002), denuncia que para a Unicef e o Consenso de Washington², as causas da pobreza nos países periféricos e em desenvolvimento estão relacionadas não somente, a extrema distribuição desigual dos efeitos da crise econômica, mas das políticas de ajuste ortodoxas nos setores mais desfavorecidos, em estruturas assimétricas de distribuição de renda, debilidades da política social etc. Para a autora, ainda, aos problemas de distribuição da renda e de indignância, agrega-se uma nova pobreza, fruto explícito das novas políticas de ajuste para a América Latina.

O mundo capitalista vende uma idéia para os países em desenvolvimento , como o Brasil, de que todos possam viver em boa condição de desenvolvimento social , como se estivessem incluídos na ordem social capitalista. No entanto, que se vê, é que o mínimo de pessoas nesses países, vive incluído nessa ordem e a maioria vive à margem, na imitação grosseira da ordem do capital. A maioria das pessoas vive do “piratismo” das grandes marcas , na rudimentação da utilização tecnológica, nas inviáveis prestações e empréstimos para a consecução do objeto de aquisição “fetichizada”. A sociedade brasileira é dependente de um mundo globalizado que somente reproduz as desigualdades sociais.

Denuncia-se que o mito do mercado , vende o ideário de que o ajuste estrutural, nas bases econômicas, se assemelhem a modernidade dos países desenvolvidos, mas o que ocorre é a geração de uma nova pobreza.

Na visão de Franco (1998), diferente dos países de capitalismo avançado, o Brasil enfrenta o desafio de começar a reestruturação produtiva , pela “reestruturação social”. Para a autora a reestruturação social está relacionada com os problemas estruturais da sociedade brasileira (a fome, a questão da terra, o trabalho infantil, o desemprego, etc) . Essa reestruturação social, se dá por meio, das políticas neoliberais de ajuste econômico, que

² O Consenso de Washington foi uma lista de medidas liberais de política econômica destinadas a orientar os governos de países em desenvolvimento e os organismos internacionais (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) na hora de avaliar os avanços em matéria de ortodoxia econômica dos países em desenvolvimento pelo FMI e BM. Esta lista continha dez temas de política econômica que são: disciplina orçamentária; mudanças nas prioridades do gasto público (de áreas menos produtivas como a saúde, educação e infra-estruturas); liberalização financeira; reforma fiscal; liberalização comercial; busca e manutenção de modelos de câmbios competitivos; abertura para entrada de investimentos estrangeiros diretos; privatizações; garantia dos direitos de propriedade e desregulações.

contraditoriamente, minimiza o poder do Estado na criação de políticas públicas sociais relacionadas a educação, saneamento e saúde.

Já nos países desenvolvidos, a reestruturação social, tem outro significado em termos de recursos financeiros e política democrática. Há uma grade diferenciação do impacto das políticas de ajuste nos países desenvolvidos e nos países pobres

(...) A proposta neoliberal é a de cortar ainda mais os gastos públicos, agravando a já iníqua situação de alocação de recursos para as políticas sociais. Essa perversa combinação vem gerando um círculo vicioso, cuja ruptura tem sido mascarada por propostas de “reformas” no âmbito social que nem sequer têm minimizado aquilo que se considera como “seqüelas transitórias” do ajuste. (Soares, 2002:71).

Dessa forma, faz-se necessário pensar com mais afinco sobre a criação de programas, projetos, leis, decretos, procurando sair da superficialidade em que eles se apresentam, entendendo o contexto em que são criados e recriados, num processo de mundialização das formas de ação, de reorganização produtiva e ideológica do capital.

Para tanto, neste artigo objetivamos demonstrar a influência que as transformações no mundo do trabalho exercem sobre os programas e projetos do Ministério do Trabalho e Emprego, mais especificamente , em se tratando do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) que, aliado às políticas sociais do governo federal, procura, em discurso, expandir a formação do trabalhador e compensar as desigualdades de “oportunidade” desses trabalhadores que estão desempregados, perante o processo de reestruturação produtiva, no período de 2002 a 2007.

Se voltar para ao estudo dos programas e projetos criados, ou como forma de ajuste neoliberal, ou ajuste estrutural, ou medidas paliativas para problemas estruturais etc, é remetê-los a análise em várias instituições sociais, como educação, habitação, saneamento básico.

É no paradoxo da integração entre dois extremos, o analfabetismo de 20% da população economicamente ativa e o toyotismo como modelo produtivo, e no aprofundamento da crise do capitalismo com a exclusão dos mais pobres e “despreparados”, que a formação adquiriu visibilidade e relevância a partir do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. (Franco,1998:122).

Sendo relevante nesse contexto, repensar o papel da educação, no programa que atende os trabalhadores que estão à procura de qualificação profissional. O que tem caracterizado as ações das políticas sociais nos programas que envolvem a formação profissional, na nova estruturação dos serviços sociais públicos é o papel da transferência da responsabilidade de nível federal para os níveis regionais, nos quais conseguem manter o mínimo de funcionamento, por ter menor parcela do arrecadamento público.

1. O PNQ (Plano Nacional de Qualificação) e as reformas na qualificação profissional.

Com os resultados desfavoráveis apresentados pelo PLANFOR, com a justificativa de que este plano de formação do trabalhador, não conseguiu atingir a população que necessitava de formação e de qualificação para se “adaptar” a realidade das novas tecnologias nas empresas. Com ações de qualificação dispersas nas diversas frentes de atuação e de políticas, surge assim a necessidade de um novo plano de qualificação profissional o PNQ –Plano Nacional de Qualificação. O novo PNQ que segundo o Mtb, visa unificar as políticas e ações de qualificação, vinculadas agora ao emprego, trabalho, renda e educação, na promoção gradativa da universalização do direito de se qualificar pelos trabalhadores. Através de elevação da escolaridade, de intermediação de mão de obra e de maior qualidade pedagógica dos cursos.

O PNQ tem como objetivo primordial atender a população não qualificada. A política de qualificação é guiada pelas diretrizes do novo Plano Plurianual –PPA, regido de 2004-2007.

O PPA articula-se em torno de três objetivos:

- A inclusão social e a redução das desigualdades sociais;
- Crescimento com geração de trabalho, emprego e renda...;
- Promoção, expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

(FONTE: Ministério do Trabalho).

Assim, terão prioridade no PNQ a ocupar vagas nos cursos de qualificação, pessoas com maiores dificuldades de acesso a um posto de trabalho, como os desempregados de longa duração, afrodescendentes, descendente de população indígena, mulheres, jovens, portadores de necessidades educativas especiais e pessoas acima de 40 anos.

O público alvo prioritário se encontra entre os trabalhadores cadastrados no Sine, ou os beneficiários das políticas públicas de emprego como: programa primeiro emprego, seguro desemprego, intermediação de mão de obra, microcrédito, e economia solidária. Também terão prioridade os trabalhadores agrícolas, autônomos, domésticos, cooperativados, associados ou autogestionados. Trabalhadores em empresas afetadas por processos de modernização tecnológica e privatização, além de setores econômicos beneficiados por investimentos estatais, setores exportadores e estratégicos da economia, também os trabalhadores egressos do trabalho infantil, do sistema penal, do trabalho em regime escravo e de jovens submetidos a medidas sócio educativas.

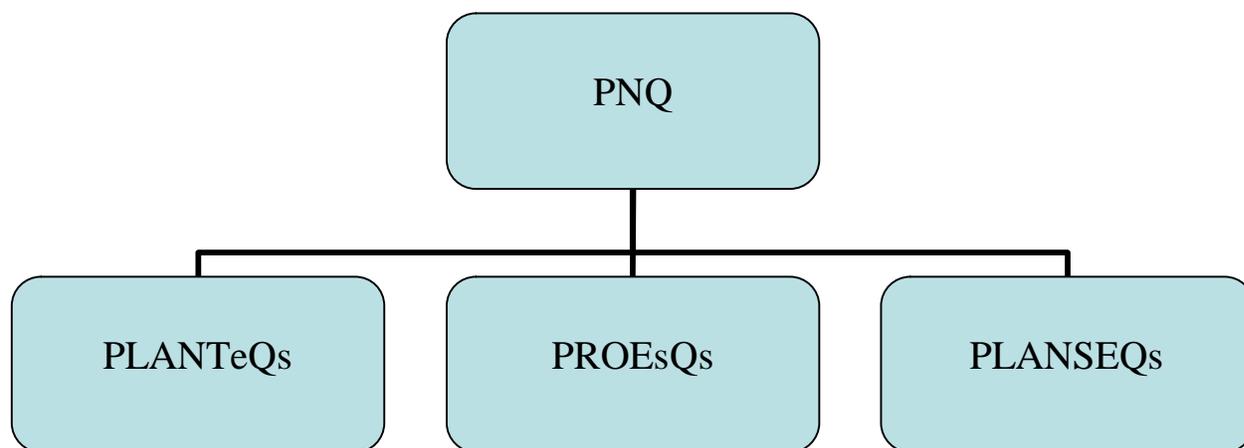
Neste contexto, procura-se a definição de novas diretrizes para o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), amparadas por mudanças nos campos político, ético, institucional, pedagógico e operacional.

Em 2003, o PNQ estava em período de transição, mas foi em 2004 que ele passa a ser implementado. O PNQ ou PQSP (Programa de Qualificação Social e Profissional), por buscar atingir a qualificação atendendo não somente as necessidades profissionais, mas que atinja o âmbito social, no que tange a recolocação e inserção do trabalhador no mercado de trabalho, com o objetivo que este tenha melhor qualidade de vida.

O PNQ surge da necessidade de uma reformulação das políticas de qualificação profissional, que até então estavam sendo orientadas pelo PLANFOR. Este que através de insucessos sofre um desgaste institucional que levou O Tribunal de Contas da União (TCU) e a Secretaria Federal de Controle da Corregedoria Geral da União (SFC/CGC), a proporem novos mecanismos de controle público e operacional. Foram registrados baixa qualidade dos cursos oferecidos e pouca efetividade social das ações deste plano (PLANFOR), fragilidades e deficiências no sistema de planejamento, monitoramento e avaliação. (FONTE: Mtb/ PNQ).

Dessa forma, a Corregedoria Geral da União e o Tribunal de Contas da União adotam para o novo PNQ mecanismos permanentes de monitoramento dos contratos, uniformização dos contratos e convênios, disponibilização de informações via Internet, critérios mais rígidos na apresentação e avaliação das prestações de contas enviadas, garantia de um sistema de avaliação em tempo real dos investimentos aplicados e exigência de metas.

O PNQ se configura por ações por meio dos Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs), pelos Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQs) e pela Certificação Profissional. Há também os Planos Especiais de Qualificação que são realizados através de convênios com entidades sem fins lucrativos (Centrais sindicais, Sistema “S”, Confederações Patronais, Ongs) por meio de uma gestão compartilhada.



O PNQ tem como referencial no âmbito político, entender a qualificação profissional como um direito do cidadão e como política pública. Ter o compromisso de clareza quanto à gestão de recursos em sua dimensão ética. E no âmbito conceitual envolver a prevalência de noções como educação integral e formas solidárias de participação social e gestão pública. Desta forma, o PNQ tentar se erguer nos princípios de três campos de atuação: produção (trabalho), do Estado (políticas públicas) e o da educação (ações educativas).

É nesse âmbito que vamos nos ater, já que se busca através da qualificação a educação integral. Desta forma questionam-se como os cursos que promovem a qualificação profissional podem buscar a educação integral do cidadão, sendo que em suas premissas procuram articular suas políticas ao mercado de trabalho. Percebe-se com isso um reducionismo em relação ao que se entende por educação integral.

Numa política de qualificação que procura o desenvolvimento de algumas habilidades que hoje se constitui por competências para atender as exigências do empresariado ou para que o indivíduo esteja pelo menos em estado de empregabilidade, é limitada na atuação de formação integral, que seria a educação integral e a própria qualificação não abarca tamanha educação. A educação integral deve procurar o desenvolvimento do trabalhador no campo pessoal e profissional.

O mercado de trabalho exige da qualificação profissional o mínimo de habilidades básicas que devem ser desenvolvidas, entretanto o fato de exigir essas habilidades não requer que essas contribuam para que o trabalhador tenha uma visão crítica sobre os processos de trabalho.

Na dimensão pedagógica, o PNQ procura garantir o aumento da carga horária dos cursos de qualificação, a uniformização da nomenclatura dos cursos, a articulação prioritária com a educação básica, maior exigência com as instituições responsáveis pelos projetos pedagógicos e o desenvolvimento de sistemas de certificação e orientação profissional etc. Assim diferentemente do Planfor, o PNQ estabelece maior número de horas aula que deixa de 60 horas para 200 horas.

Para tanto, o PNQ busca a articulação e consolidação do Sistema Nacional de Formação Profissional, articulado ao Sistema Público de Emprego e ao Sistema Nacional de Educação. O que mais uma vez registra o mau entendimento quanto a Formação Profissional, pois esta se dá através da Educação e não através de um plano de qualificação, que apenas capacita para o mercado de trabalho.

A esse modo, há um avanço quanto à busca por uma uniformização da nomenclatura dos cursos, pois isso favorece ao não distanciamento dos cursos aos seus eixos primários das áreas. Entretanto o documento ainda prega a articulação em regime

prioritário com a Educação Básica. Afim de que a última se responsabilize pelas dificuldades de adaptação a sociedade informacional.

Para o capital, o trabalhador não pode deter os meios de produção, porque estes são propriedade privada pertencente à classe dominante. Nesse aspecto, para Saviani (1994), a contradição em se buscar a generalização da Educação Básica, ou seja, o suposto “saber para todos” está que, na essência do capitalismo o trabalhador não pode ter o meio de produção, que neste caso é o saber, mas que este é dado em doses homeopáticas, para que o trabalhador possa operar a produção.

Para lidar com as novas tecnologias da informação, automação e comunicação, do trabalhador exige-se uma forma de qualificação mais geral, que para o empresariado, deve ser dada através da Educação Básica, mas se os instrumentos (máquinas, mensagens simbólicas etc), não funcionarem faz-se necessário que o trabalhador tenha uma qualificação específica, proporcionada pelas próprias empresas, ou por escolas técnicas e profissionalizantes.

Ainda para Saviani (1994), com a expansão das novas tecnologias a elevação da qualificação geral é cada vez mais requerida, já que se considera que as máquinas são mais inteligentes, objetivando assim a escola como forma principal e generalizada de educação.

Para o empresariado o que importa no processo educacional do trabalhador é a busca por uma formação geral mais sólida, a capacidade de manejar conceitos e o desenvolvimento do pensamento abstrato. Nesse olhar percebe-se que essa exigência é necessária para a Educação Básica, já que é a base para a formação humana do indivíduo, entretanto analisa-se que na maioria dos casos os trabalhadores do “chão de fábrica” os “executores” do trabalho, não necessitam de um pensamento mais abstrato para lidar com as máquinas, no sentido de que este precisa de uma qualificação específica para agora exercer diversas funções com uma única máquina.

Nesse sentido, Oliveira (2000) relata que para os formuladores das políticas educacionais no país, para atender as exigências do mercado até em uma fábrica moderna, os trabalhadores não qualificados necessitam da aprendizagem básica e da disciplina aprendida na escola para aumentar a produtividade.

Para o meio empresarial acredita-se que com a elevação do padrão de qualidade da Educação Básica e com a universalização da mesma, a escola pode vir a contribuir para a aquisição de competências pelo aluno, que, por conseguinte pode vir a desenvolver habilidades técnico-profissionais exigidas no modo produtivo. Em contrapartida há a diminuição do emprego estável e aumento dos trabalhos fragmentários e precários.

Assim se levanta qual seria o verdadeiro papel da Educação Básica, dar subsídios para a educação do trabalhador para lidar com as novas tecnologias ou preparar o indivíduo para a criticidade em relação à vida, a sociedade, ao processo de alienação etc, através da construção de pensamentos mais abstratos, na busca por analogias, na criação de novos conceitos etc. Já que fica claro que o capital tenta tanto pela Educação Básica quanto pelas formas de qualificação a exploração do conhecimento do trabalhador seja este específico ou abstrato com o intuito de aumentar a produtividade.

Além disso, a sociedade da informação demanda maior Educação Básica, mas não rompe com a visão utilitarista e fragmentária, pois ainda não busca mudança da função social da escola.

Para Frigotto, “uma sociedade que define como centro de sua organização as múltiplas, diversas e históricas necessidades humanas, terá como projeto educativo o desenvolvimento omnilateral do homem”.(Machado, Neves, Frigotto e outros, 1992:51).

Entretanto, para alguns autores que defendem a formação integral do trabalhador, acreditam que sem a formação geral, a formação específica se torna adestramento, havendo a necessidade de construção de relações sociais educativas no mundo do trabalho, nas instituições de ensino e em todos os espaços da sociedade.

Ainda quanto à dimensão pedagógica do PNQ este traz a questão da certificação que é na verdade um mecanismo de qualificar maior número de trabalhadores, com menos gastos e em um tempo reduzido, nada mais do que atender as exigências já previstas na LDB, quanto ao desenvolvimento de sistemas de certificação, que se forma através de estratégias de educação continuada e de cursos especiais abertos a comunidade. O que se questiona aqui não é o objetivo de atingir maior número de pessoas, que é claro como já estabelecido no PNQ, “da população economicamente ativa”, (esquecendo dos sujeitos que estão à margem desse processo), mas nos atendo saindo do particular e entendendo a

totalidade do processo que envolve a certificação, no que tange a qualidade dos cursos oferecidos e as disparidades quanto aos objetivos destes para a vida produtiva do trabalhador, além de refletir que esse processo é resultado de um processo mais amplo de reformas políticas, já apresentado no 1º capítulo.

Contudo o PNQ além de atuar no âmbito pedagógico, busca atingir a dimensão institucional e operacional. A dimensão institucional fica marcada pela articulação das políticas públicas de emprego, trabalho e renda, juntamente com as políticas públicas de educação e desenvolvimento.

A dimensão operacional se dá por meio da elaboração de um planejamento que monitora, avalia e acompanha os egressos do PNQ, da distribuição dos recursos do FAT e do estabelecimento de um calendário plurianual.(MTb).

O que marca a distinção entre o novo PNQ e o antigo Planfor são a tentativa de integração das políticas de ação social e profissional com a formação integral (intelectual, técnica, cultural e cidadã) além das políticas de elevação da escolaridade. Outra preocupação é assegurar a qualidade pedagógica das ações de qualificação, através do aumento da carga horária dos cursos, seminários, oficinas e laboratórios.(PNQ, 2003).

Pode-se perceber que o novo PNQ surge aliado a novas políticas não somente de qualificação, mas associada a políticas de formação integral, pensadas pelo MEC através do PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional. Trata-se de um novo momento da política pública de qualificação no país. Pois os programas de qualificação farão parte de um processo de crescente integração com outros projetos e programas financiados pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

Além disso, o novo PNQ vai ser operacionalizado de forma descentralizada, através da participação dos estados e municípios, antes somente os estados faziam convênios nesta área. Agora os municípios poderão receber recursos. Os estados, municípios e as entidades executoras no novo PNQ terão de disponibilizar no Sigae (Sistema Integrado de Gestão das Ações de Emprego), a planilha detalhada de custos, contendo a composição de todos os custos unitários e o cronograma das ações.

Considerações

Com o objetivo da política pública de desenvolvimento, trabalho e renda, no PNQ a qualificação profissional aparece com o objetivo em discurso de nortear-se por uma concepção de construção social. Esta permeada pelas dimensões pedagógica, social e epistemológica.

O documento do PNQ (2003-2007), do MTb, defende a qualificação como um direito do cidadão e como política pública do Estado, deixando claro que esta qualificação é social e profissional .

Visão essa oriunda do empresariado, os quais acreditam que o problema social está diretamente relacionado com a baixa escolarização e qualificação do trabalhador, direcionando mais uma vez a culpabilização pelo indivíduo de um processo que é constituindo que retro-alimenta o capital.

Para Alves (2006), a maior contradição nas teses defendidas pela classe dominante sobre o papel da educação e pela culpabilização do indivíduo da não empregabilidade associada à falta de escolaridade e qualificação. Está em que se percebe que nos setores e postos de trabalho que sempre foram marcados por maiores níveis de escolaridade e de qualificação entre os trabalhadores tiveram a partir da década de 90 do século passado, uma redução drástica no quadro de profissionais e um aumento de trabalhadores terceirizados e estagiários, a exemplificar o setor bancário.

Ademais o documento ainda reafirma que o Plano Nacional de Qualificação em consonância com outras políticas públicas permitirá “gradativamente a universalização do direito de qualificação”. O documento ainda afirma que com o PPA (Plano Plurianual de Qualificação 2004-2007), procura definir a qualificação como condição de política social, sendo por isto mais centralizada.

A esse modo deparamos com a contradição no discurso de centralidade na política pública, já que se faz ciente que o país vem vivenciando, um processo de descentralização das políticas públicas, inclusive no que se refere à política social, marcada pela assunção da sociedade civil, assumindo o que deveria ser responsabilidade e função do Estado.

As políticas públicas voltadas para a qualificação do trabalhador, deveriam objetivar não a especialização, o aperfeiçoamento e a atualização do profissional no âmbito somente dos conhecimentos tecnológicos (em seu contexto prático de funcionamento), mas no seu âmbito de utilização social.

Contudo, quanto à gestão, o PNQ traz o objetivo de desenvolver uma gestão mais participativa, com maior envolvimento de sistemas como CODEFAT (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador) e das comissões estaduais e municipais de trabalho.

No que tange a política pública de qualificação, esta deverá se articular as políticas de trabalho, renda, emprego, desenvolvimento e educação. É em relação à última que o documento associa o objetivo da Educação Básica com a formação profissional.

A integração da qualificação profissional com as Políticas Públicas de Educação tem como propósito contrapor-se à separação entre Educação Básica (Fundamental, Médio e de Jovens e Adultos) e formação profissional.(Bases de uma nova política de qualificação/ PNQ: 23).

Na defesa pela união da Educação Básica e a formação profissional, fica evidente o objetivo do capital de impor maior responsabilidade à Educação Básica em atender a formação profissional em todos os níveis. Como sendo o objetivo primor da mesma a formação profissional, isto é, formar no indivíduo desde criança a relação com o trabalho, entretanto o que me ateno neste caso, é que a forma como se constitui a Educação Básica no país, não está preparada para atender a esse objetivo, quanto menos a formar para o mercado de trabalho, que é inconstante e esmagador.

Parte-se aí do entendimento de que a obtenção de um maior nível de competitividade por parte do setor industrial brasileiro no presente e no futuro depende inelutavelmente da elevação dos patamares de escolarização formal da força de trabalho, tanto a existente quanto a vindoura.(Neves (Org.), 2000:61).

Essa busca por uma sociedade com maior nível de escolaridade procura atender ao processo de realização do lucro das empresas, pois para o mundo empresarial, a produtividade está diretamente relacionada com o nível de educação da sociedade.Como se

a escolaridade fosse o nível que medisse diretamente maior produção, se fosse desta forma, muitos graduados não estariam fora do mercado de trabalho.

Um das características que marca o PNQ, em suas diretrizes é a busca por políticas voltadas para a educação integral dos trabalhadores. A esse respeito no documento, educação integral inclui conteúdos de formação geral e específica, por meio de dimensões político-pedagógica, ético-cultural, sociopolítica e técnico-científica.

Em sua dimensão pedagógica o PNQ faz referência a qualidade pedagógica baseada no princípio de educação integral,

Uma orientação pedagógica-metodológica que valorize os/as educandos/as como sujeitos dotados de saberes e identidades socialmente construídos, assim como reconheça e valorize a diversidade cultural, étnica, social, regional, de gênero, que os perpassa(...) ações de qualificação profissional que atuem com prioridade para articulação entre qualificação profissional e aumento da escolaridade da PEA e para superar a tradicional e renovada segmentação entre trabalhadores qualificados e não qualificados; (...) constituição de um sistema de certificação no âmbito da política pública de educação, que valorize os saberes adquiridos na vivência social e no trabalho, articulada às classificações de ocupações profissionais... (PNQ: Diretrizes para 2003-2007: 30).

Entretanto em momento algum, essa “educação integral” apresentada no documento se aproxima a educação politécnica que procura a formação integral do trabalhador, que inclui o conhecimento sobre os processos de trabalho.

Nesse sentido, para Machado (1992) a educação politécnica pressupõe o desenvolvimento multilateral do trabalhador, com base de que é importante o domínio dos processos do trabalho moderno pelo trabalhador, a fim de que esse conheça a organização da produção moderna.

Segundo Saviani,

A noção de politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo produtivo moderno. Diz respeito aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho. Politecnia, nesse sentido, se baseia em determinados princípios, determinados fundamentos e a formação politécnica deve garantir o domínio desses princípios, desses fundamentos. (1987:17).

O sentido da politecnia se permeia em formar trabalhadores teóricos e também praticantes, isto é, ao praticar o trabalhador aprofundará também os fundamentos, os princípios dos processos de trabalho.

Ainda para Machado, “a politecnia representa o domínio da técnica a nível intelectual e a possibilidade de um trabalho flexível com a recomposição das tarefas a nível criativo”.(1992:19).

A esse modo, o que o PNQ busca não se assemelhar a uma educação politécnica, pois essa “educação integral”, sujeita o conhecimento da ciência a instrumentação utilitarista, mecânica, técnica.

Quanto à articulação institucional o PNQ procura a integração nacional de educação profissional e de políticas públicas de qualificação e educação.

A integração, em uma única rede nacional de educação profissional, das políticas públicas de qualificação e de educação, para apontar para a superação em particular da separação entre a educação profissional (básica, técnica e tecnológica) e a educação básica (fundamental e média, educação de jovens e adultos, educação do campo) e contribuir para uma efetiva elevação da escolaridade da PEA. (PNQ: Diretrizes para 2003-2007:28).

Mais uma vez, o documento deixa claro, a visão, com a preocupação da educação básica para a educação profissional e para a elevação da escolaridade da PEA, atingindo o âmbito maior da política pública da educação em oferecer maior nível de escolaridade da população brasileira, previstos nos informes do Banco Mundial.

Já em relação aos âmbitos da efetividade social e política, o PNQ traz como referencial para a qualificação profissional em sua avaliação:

- Consolidar-se como uma política permanente e apta a lidar com as transformações intensas e contínuas que vêm marcando a dinâmica do mundo do trabalho, seja para inovações técnicas e gerenciais, seja para diversificação das formas de trabalho;
- Propiciar o empoderamento, como sujeitos individuais e coletivo, dos públicos envolvidos, seja como trabalhadores assalariados sejam como trabalhadores autônomos, assim como cooperados (...). (PNQ Diretrizes para 2003-2007:27).

No primeiro item acima colocado, o documento traz como relevante o papel de uma política apta a lidar com as transformações no mundo do trabalho, ou seja, a busca por uma política de qualificação que procure a adaptação ao mercado de trabalho, no desenvolvimento de concepções e competências que busque atender o perfil do trabalhador que se procura, este, no entanto sendo totalmente alienado e vendo o cada dia o esvaziamento de seu trabalho.

No segundo item, o documento afirma procurar empoderar os trabalhadores sejam eles autônomos ou cooperados. Faz-se necessário que se questione como dar poder a essa forma de trabalho que está à margem dos direitos do trabalhador, em que é enxugado pelo mercado e intensificado pelo próprio indivíduo.

Enfim, analisar o Plano Nacional de Qualificação do trabalhador, é entender este, como parte de uma política social governamental, inserida num contexto mais amplo de política de focalização e expansão do atual governo em se tratando da formação do trabalhador. Entretanto faz-se necessário compreender essa política no contexto de reprodução material e de ativação dos limites absolutos do capital , na busca de intentar “equacionar” o problema da crise estrutural atual.

Sendo essa ação, através de um sistema sociometabólico de controle , afim de empurrar as contradições, por meio do desenvolvimento expansionista . O sociometabolismo serve como alternativa do capital à substituição do princípio estruturador que em seu âmago é conflituoso. Dessa forma, as políticas sociais, se tornam alternativas criadas pelo capital para buscar articular um sistema global plenamente integrado, em que nas nações periféricas, ou em desenvolvimento se tornam cada vez mais dependentes do capital. Processo esse que intensifica a exploração do trabalhador, a pobreza dependente e a formação desqualificada , numa educação reproducionista aos ideários de mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. Crise estrutural do capital, trabalho imaterial e modelo de competência: notas dialéticas.p.47-81.In: ALVES, G. [et all] (Orgs).Trabalho e educação: contradições do capitalismo global. 1 ed.Maringá-PR: Práxis, 2006.

_____. Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. 2 ed. Maringá-PR: Práxis,2007.

ARRIGHI, G. A ilusão do desenvolvimento. 4 ed. Petrópolis: Vozes ,1997.

BELLONI, I; MAGALHÃES, H de ; SOUSA, L. C.de. Parte I- Avaliação em políticas públicas.In:_____ Metodologia de Avaliação em políticas públicas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. Coleção Questões de Nossa Época, v.75,p.13-41.

BRASIL. Plano Nacional de Qualificação.http://www.mtb.gov.br/pnq. Acesso em: 23 Dez 2006.

_____.Diretrizes para 2003-2007.In: Plano Nacional de Qualificação.http://www.mtb.gov.br/pnq. Acesso em: 23 Dez 2006.

CORAGGIO, J.L. Propostas do Banco Mundial para a educação:sentido oculto ou problemas de concepção?. Trad. Mônica Corullón. In: TOMASI, L. de; WARDE, M.J.; HADDAD, S.(Org). 4 ed. São Paulo; Cortez, 2003,p.75-123.

FRANCO, M. C. Formação profissional para o trabalho incerto: Um estudo comparativo Brasil, México e Itália. In: Frigotto(org.) . Educação e crise do trabalho :perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998 . (Coleção Estudos Culturais em Educação).

LENHARDT, G; OFFE,C. Teoria do Estado e Política Social: tentativas de explicação político- sociológica para as funções e os processos inovadores da política social. In: OFFE, C. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Trad. Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro,1984.

MACHADO, Lucília R. NEVES, Magda de. A. FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Trabalho e Educação. Campinas-SP: Papirus: Cedes; São Paulo: Ande; Anped, 1992.(Coletânea C.B.E).

MÉSZÁROS, I. Para além do capital rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo editorial,2002.

NEVES, L.M.W.(Org).Educação e política no limiar do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.(Coleção Educação Contemporânea).

OLIVEIRA, D.A. Educação Básica:gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis, Vozes,2000.

SAVIANI, D. Sobre a concepção de politecnia.Rio de Janeiro: FIOCRUZ. Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1987.48p.

_____.O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias.In: FERRETI, C.J.[et al] (Org.). Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar.Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.p.151-166.

SOARES, L.T. Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.2 ed. São Paulo, Cortez, 2002. v.78.(Coleção Questões da Nossa Época).